

01-08-2014 - Declaração à imprensa da Presidenta da República, Dilma Rousseff, após cerimônia de atos com o primeiro-ministro do Japão, Shinzo Abe- Brasília/DF

Palácio do Planalto-DF, 1º de agosto de 2014

Excelentíssimo senhor Shinzo Abe, primeiro-ministro do Japão.

Senhoras e senhores ministros de estado, integrantes das delegações do Japão e do Brasil.

Senhoras e senhores empresários e dirigentes de instituições de ensino e pesquisa do Japão e do Brasil.

Senhores jornalistas, senhores fotógrafos e senhores cinegrafistas.

Quem nos visita hoje é um ilustre amigo do Brasil. Sua presença entre nós, primeiro-ministro Abe, acompanhado de expressiva delegação governamental e empresarial, reflete a amizade e o entendimento que animam as relações entre nossos países. Expressa ainda a vontade recíproca de fortalecer a cooperação bilateral nos mais diversos campos.

Recordo a visita que fiz ao Japão em 2008 como representante do governo brasileiro às celebrações do Centenário de Imigração Japonesa no Brasil, quando tive a satisfação de ser recebida por suas majestades o imperador Akihito e a imperatriz Michiko.

Animados pela celebração, em 2015, dos 120 anos do aniversário do estabelecimento das relações diplomáticas, o primeiro-ministro e eu acordamos elevá-las a um nível de parceria estratégica global. Essa iniciativa contribuirá para intensificar os contatos de alto nível políticos e econômicos entre o Brasil e o Japão.

Nós examinamos a trajetória do comércio bilateral que ultrapassou, em 2013, a casa dos US\$ 15 bilhões e reafirmamos nossa firme determinação de apoiar sua ampliação e diversificação, sobretudo do lado das exportações brasileiras ainda muito concentradas em produtos básicos.

Agradei a abertura do mercado japonês para as nossas exportações de carne suína de Santa Catarina, em 2013, e manifestei a expectativa de que o Japão suspenda o embargo à carne bovina termoprocessada do Brasil. Coincidimos sobre a importância da tradicional presença de empresas japonesas no Brasil na área de agricultura, de mineração, de siderurgia, papel e celulose, eletroeletrônicos, e mais recentemente, no setor automobilístico e na indústria naval.

O estoque de investimento japonês em nosso país é de US\$ 32 bilhões. Durante o meu mandato, foram US\$ 13,7 bilhões, dos quais 2 bilhões só nos primeiros seis meses de 2014. Com o Inovar-Auto, verificamos o crescente interesse da indústria automotiva japonesa em nosso país. No último ano foram anunciados investimentos da Toyota, da Nissan, Honda, Yoruzo e Bridgestone. Essa presença se expande agora para novas áreas.

A declaração conjunta do setor de construção naval aprovada hoje dará novo impulso à cooperação bilateral nesse setor e consolida a presença japonesa na exitosa experiência brasileira de reconstrução de nossa indústria naval.

Vemos com muita satisfação a associação de empresas brasileiras com empresas japonesas nos estaleiros Atlântico Sul, em Pernambuco; Enseada de Paraguaçu, na Bahia; e Ecovix-Engevix, no Rio Grande do Sul. Vamos complementar esse esforço com intercâmbio de instrutores e a qualificação profissional dos trabalhadores brasileiros. O acordo entre a Petrobras, a Agência Japonesa de Seguro de Crédito, Nexi, e o Banco Mizuho, vai permitir a construção de novas plataformas para a produção de petróleo em alto mar.

São promissores os entendimentos entre a Petrobras e a Companhia Nacional do Japão de Petróleo, Gás e Metais, Jogmeg, para a cooperação no estudo da exploração de hidratos de metano, uma fonte não convencional de gás natural.

Também é muito bem-vindo o interesse manifesto por empresas japonesas em participar de licitações ligadas a projetos de infraestrutura e logística, com a ampliação dos portos de Itaqui e São Francisco do Sul e nas ferrovias Norte-Sul e Carajás.

Ciência, tecnologia e inovação ganham mais espaço em nossa agenda bilateral. Além de dar continuidade à cooperação em biotecnologia, pesquisa agrícola, biomedicina e oceanografia, nossa parceira estende-se a novos domínios como o espacial, o nuclear e a prevenção de desastres naturais.

Decidimos pela ampliação da presença de estudantes brasileiros no Japão no âmbito do programa Ciência sem Fronteiras e da oferta de estágios para esses bolsistas. Na esteira de uma colaboração estreita que já dura mais de 50 anos, o BNDES e o Banco do Japão, JBic, confirmam um novo instrumento para a aproximação de pequenas e médias empresas brasileiras e japonesas. Esse acordo contribuirá para o aumento da produtividade em setores de alta tecnologia, tais como: automação industrial, integração de sistemas de produção e tecnologia da informação.

Senhoras e senhores, o primeiro-ministro e eu tratamos ainda de temas centrais da agência internacional. Renovamos nossa expectativa de que a próxima Cúpula do G20, na Austrália, fortaleça o papel desse grupo na coordenação das principais economias para promover a retomada do desenvolvimento econômico.

Reconhecemos o papel cada vez maior da segurança cibernética na agenda global. Reafirmamos nossa avaliação de que a comemoração dos 70 anos das Nações Unidas precisam ser um momento que se ajuste a ONU à nova realidade mundial do século XXI.

E dentro da perspectiva do G4, reiteramos a importância de uma ampla reforma da ONU que inclua aí a expansão e a ampliação de seu Conselho de Segurança no que se refere aos membros permanentes. Os déficits de governança nessa área alimentam antigos conflitos de grandes dimensões humanitárias sem perspectiva de solução.

Ao mesmo tempo, destacamos a importância da ONU na resolução de conflitos regionais, como é o caso daqueles existentes tanto no Oriente Médio, quanto no Leste da Ásia, e a solidariedade do Brasil a toda e qualquer iniciativa que promova a paz em todas as regiões do mundo.

Senhor primeiro-ministro, a dimensão humana é o grande traço diferenciador das relações nipo-brasileiras. Vive aqui no Brasil a maior comunidade de origem nipônica no exterior, fora do Japão. Cerca de 1,5 milhão de pessoas. E está no Japão a terceira maior comunidade brasileira fora do Brasil, cerca de quase 200 mil pessoas. As medidas para facilitar o visto entre nossos países vai fomentar crescente fluxo de visitantes de lado a lado.

Quero transmitir-lhe, senhor primeiro-ministro Abe, minha satisfação pessoal e a de todos os brasileiros pela presença de grande número de japoneses na Copa do Mundo no Brasil, e a expectativa de receber um número igualmente expansivo de japoneses durante as Olimpíadas de 2016. Nessa linha, faço votos de pleno êxito e de presença também de brasileiros durante a realização dos Jogos Olímpicos de Tóquio, em 2020.

Termino reiterando alegria, primeiro-ministro Abe, de podermos contar com sua presença aqui no Brasil. Muito obrigada.

Ouçã a íntegra do discurso (<http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/dilma-rousseff/audios/audio-da-declaracao-a-imprensa-da-presidenta-da-republica-dilma-rousseff-apos-assinatura-de-atos-brasilia-df-10min13s>)(10min13s) da Presidenta Dilma

01-08-2014 - Palavras da Presidenta da República, Dilma Rousseff, durante almoço em homenagem ao Primeiro-Ministro do Japão, Shinzo Abe - Palácio Itamaraty

Palácio Itamaraty, 1º de agosto de 2014

Senhoras e senhores ministros de estado e integrantes das delegações do Japão e do Brasil.

Senhor Jaques Wagner, governador do estado da Bahia.

Deputados federais: Keiko Ota, presidente da Seção Brasileira do Grupo Parlamentar Brasil-Japão, Junji Abe, *Luiz Nishimori*.

Senhoras e senhores integrantes do Grupo de notáveis Brasil-Japão.

Empresários presentes.

Senhoras e senhores acadêmicos e dirigentes de instituições de ensino e pesquisa do Japão e do Brasil.

O povo e o governo do Brasil recebem hoje vossa excelência, senhor Abe, primeiro-ministro do Japão, e sua delegação, com carinho que dispensamos a visitantes tão ilustres e tão amigos. A esse sentimento soma-se o apreço especial que nós, os brasileiros, temos pelos japoneses, a quem estamos unidos por laços humanos profundos.

Queremos que vossa excelência e os que o acompanham se sintam como em suas casas. Os imigrantes japoneses, por meio do seu trabalho, dos seus valores e de sua cultura, fizeram do Brasil um país um pouco japonês, ao mesmo tempo que se tornaram totalmente brasileiros. Nossa relação não é só de amizade, é também de parentesco. Os nipo-brasileiros ajudaram a construir o Brasil que temos hoje, e continuam ajudando a construir o Brasil do futuro como empresários, como militares, como professores, como artistas, como funcionários públicos, como médicos, como cientistas, como agricultores e como trabalhadores. Da mesma forma temos de assegurar que a importante comunidade brasileira que vive no Japão possa, com a sua criatividade, sua determinação e sua juventude, contribuir para construir o Japão de amanhã.

Sua visita, primeiro-ministro Abe, marca o lançamento de uma nova fase nas nossas relações bilaterais. O estabelecimento da nossa parceria estratégica global é o reconhecimento de que, apesar de décadas de sucesso, nossa relação ainda dispõe de espaço para revitalizar-se. Digo isso porque o Japão e o Brasil mudaram e continuarão mudando para melhor, como pudemos constatar nas conversações que hoje mantivemos. O primeiro-ministro está vendo em sua viagem um Brasil economicamente sólido, com mais igualdade social, comprometido com a sustentabilidade e com uma presença soberana no mundo.

Em 2015 celebraremos os 120 anos das relações diplomáticas, comerciais, econômicas e culturais estabelecidas entre o Estado japonês e o Estado brasileiro. Proponho que marquemos esta data com a intensificação de nosso diálogo político, com o aumento dos investimentos japoneses no Brasil e da presença econômica brasileira no Japão. Com a

ampliação do comércio bilateral e com uma maior aproximação cultural e científica. Mas do que qualquer cerimônia por esses 120 anos, essas iniciativas vão servir para reforçar a vitalidade e a importância das relações entre o Brasil e o Japão.

Com ânimo sempre renovado de impulsionar a amizade e a parceria nipo-brasileira proponho um brinde. Um brinde ao primeiro-ministro Abe, à senhora Akie Abe, ao povo japonês e à duradoura amizade entre nossos países e nossos povos.

Ouça a íntegra(04min50s) das palavras
(<http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/dilma-rousseff/audios/audio-das-palavras-da-presidenta-da-republica-dilma-rousseff-durante-almoco-em-homenagem-ao-primeiro-ministro-do-japao-shinzo-abe-palacio-itamaraty-df-04min50s>) da Presidenta Dilma Rousseff

07-08-2014 - Discurso da Presidenta da República, Dilma Rousseff, durante sanção da Lei que altera o Simples Nacional - Brasília/DF

Palácio do Planalto, 07 de agosto de 2014

Bom dia a todos.

Fica claro, portanto, por todos os discursos, que nós sancionamos o projeto com a incorporação de todas as categorias ao Simples. Então, a curiosidade que poderia haver, o próprio ato demonstrou que tanto os advogados como os corretores de imóveis e de seguros, bem como as fisioterapeutas e os fisioterapeutas estão abarcados pela lei, não havendo, portanto, veto nesse sentido.

Eu queria iniciar cumprimentando aqui, quebrando o protocolo - me permitam, tanto o presidente da Câmara, Henrique Eduardo Alves, como o nosso presidente do Senado, Renan Calheiros -, cumprimentando o ministro Afif Domingos. Cumprimento o Afif Domingos num reconhecimento que as parcerias são fundamentais, mas que a determinação política e a vontade política, e o compromisso que as pessoas individualmente têm com projetos, programas e realizações, elas têm uma grande capacidade de mover montanhas. E o ministro Afif moveu montanhas.

Quero cumprimentar aqui o senador Renan Calheiros, presidente do Senado.

O Deputado Henrique Eduardo Alves, presidente da Câmara dos Deputados.

Cumprimentar, em nome de todos os ministros, o ministro Guilherme Afif Domingos e a senhora Silvia Domingos aqui presente; e o ministro-chefe da Casa Civil, Aloizio Mercadante.

Cumprimentar os senadores José Pimentel, líder do governo no Senado e também um defensor das micro e pequenas empresas.

Queria dirigir um cumprimento especial ao senador Eunício Oliveira, que foi relator do projeto de lei complementar.

Cumprimentar também o senador Douglas Cintra e o senador Fleury.

Cumprimentar os deputados federais Guilherme Campos, presidente da Frente Parlamentar Mista da Micro e Pequena Empresa. E queria, por meio do Guilherme Campos, cumprimentar todos os que foram presidentes da Frente Parlamentar da Micro e Pequena Empresa.

Cumprimentar o presidente da Comissão Especial do Supersimples, Armando Virgílio.

E cumprimentar o Cláudio Puty, deputado Cláudio Puty, que foi o relator incansável também do projeto de lei da pequena empresa. Que, aliás, eu chamo o projeto da universalização do Simples, porque universalização é um passo muito importante, sabe, ministro Afif? Talvez o mais importante quando a gente olha o benefício para as empresas e os microempreendedores individuais.

Cumprimentar o Pedro Eugênio, autor do projeto e ex-presidente da Frente Parlamentar da Micro e Pequena Empresa.

Cumprimentar o Carlos Melles, Décio Lima, Fernando Ferro, Paulo Teixeira e Roberto Santiago. Cumprimentar o ministro João Augusto Nardes, presidente do TCU, mas também o primeiro presidente da Frente Parlamentar da Micro e Pequena Empresa.

Cumprimentar o diretor-presidente do Sebrae, Luiz Barreto.

Cumprimentar o presidente do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil, Marcus Vinícius Furtado.

Cumprimentar o Odilon Wagner, o Sérgio Mamberti e o Ricardo Ohtake, em nome de quem eu cumprimento todos os representantes da classe artística. E queria informar ao Odilon que eu faço parte da sua claqué.

Cumprimentar os presidentes aqui das confederações. Um cumprimento especial ao presidente da CNI, Robson Andrade; ao Roque Pelizário Júnior, da Confederação Nacional de Dirigentes Lojistas.

Cumprimentar os senhores e as senhoras dirigentes das associações, conselhos, federações que congregam categorias profissionais abrangidas pelo Simples Nacional.

Cumprimentar o César Cunha Campos, diretor de projetos da Fundação Getúlio Vargas.

Cumprimentar os senhores e as senhoras jornalistas, fotógrafos e cinegrafistas.

Eu quero dizer para vocês que eu tive, um determinado momento eu li uma matéria na Folha de São Paulo sobre uma questão que muito me preocupava desde o início do governo que era a questão dos microempreendedores individuais e da pequena e média empresa. E eu li esse artigo, era um artigo do Guilherme Afif Domingos e nele havia algumas coisas que eu achei fundamentais. Primeiro, o reconhecimento de uma classe batalhadora, de um segmento da nossa economia que era responsável pela busca sistemática de realização de um sonho – que eu concordo com o Guilherme – é o sonho de ter seu próprio negócio, de ser seu próprio patrão. E além dessa classificação, havia uma ampla exposição a respeito da importância do micro e pequeno empreendedor no tecido social não só da economia, da política, ou seja, esse conjunto de empreendedores eram responsáveis também por efeitos muito positivos sobre a sociedade, sobre a economia. Não só na economia gerando emprego, gerando renda, mas na sociedade gerando equilíbrio e gerando responsabilidade política e criando um país que eu acredito que seja o país que todos nós almejamos, que é um país de classe média.

Então, eu convidei, conversei, me aproximei do ministro Afif e começamos a conversar até que isso resultou na vinda dele para o governo e nessa constituição da Secretaria-Ministério da Micro e Pequena Empresa. Por que a criação do Ministério da Micro e Pequena Empresa? Porque dentro do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio, a pequena empresa, o microempreendedor era uma derivada quinta, não era o foco principal. Nós já tínhamos enviado ao Congresso a criação para poder ter uma política focada nesse início para a micro e pequena empresa, só pensando na micro e pequena empresa e fazendo o que o Afif fez, incansavelmente, dentro do governo e fora do governo, no parlamento e na sociedade. Por isso, eu quero dizer que essa história, aqui, hoje, começa porque nós criamos a Secretaria da Micro e Pequena Empresa para dar atenção exclusiva a esses temas e tivemos – e tivemos aquela benção que foi ter uma pessoa certa, no lugar certo. Por isso eu comecei saudando o ministro Afif. Eu tenho consciência que um ano e três meses para fazer toda essa transformação é um prazo, em termos do Brasil, muito curtos. Em termos do Afif, eu já descobri que os prazos vão ficando, graças a Deus, cada vez menores. Por isso, ministro, eu inicio com essa observação porque esta conjunção de fatores é responsável por esta lei que hoje nós estamos sancionando.

Então, eu quero dizer que o meu empenho em apoiar as políticas voltadas ao fortalecimento, expansão e formalização dos pequenos negócios encontrou nesta secretaria, ministério e no ministro Afif, eu diria que a sinergia necessária para essa transformação. Nós, portanto, criamos essa micro e pequena empresa dentro do governo, no coração do governo e isso foi fundamental para chegarmos até aqui.

Nós vínhamos fazendo uma série de modificações na legislação. Nós, no início do governo, ampliamos os limites para o enquadramento das empresas no Simples em 50%, ou seja, aumentamos as empresas que podiam entrar no Simples. Isso foi em 2012; depois,

reduzimos também a alíquota de 11% para 5% do microempreendedor individual; apoiamos a lei que criou um limite extra para exportação de mercadorias dobrando limite de faturamento das empresas exportadoras do Simples. Essas medidas, elas contribuíram para que a gente chegasse hoje aos cerca de 9 milhões de micro e pequenos empresários integrantes do Simples Nacional.

Com essas medidas, um número maior de pequenos negócios passou a participar, então, desse regime de tributação, e aí geraram mais e mais trabalho, emprego e renda.

É isso que nos anima ampliar o alcance do Simples Nacional e dos demais instrumentos que a Lei Geral das Micro e Pequenas Empresas prevê. Cada vez mais é preciso vencer resistências e avançar na simplificação. Eu acredito inteiramente nisso.

Por isso, eu gostaria de rememorar um pouquinho só a história. Essa história que começou 26 anos atrás quando em 88 a Constituição estabeleceu o tratamento diferenciado para o setor. E eu volto tanto no tempo porque eu quero deixar duas coisas importantes enfatizadas: primeiro, é que mudanças profundas exigem continuidade e aprimoramento constantes. Não é possível a gente supor que faz uma legislação, ou que faz um projeto e que ele sempre... aquilo que vocês chamaram aí muito bem de lei viva. Porque não é só a lei, são todos os mecanismos, é o interesse que nós temos e isso só ocorre com continuidade no tempo. Daí porque nós assinamos hoje aquele estudo que será feito por várias instituições sob a coordenação do Sebrae. Então, a primeira coisa, continuidade. Continuidade porque você aprimora política constantemente. É preciso que o Brasil tenha visão de longo prazo para todas as coisas, de curto, médio, mas tenha de ter de longo prazo. A segunda, é que quando há vontade política e uma adequada definição de rumos, boas mudanças acontecem e isso exige estratégia, mas, sobretudo, existe a prática do diálogo e da construção de consensos. A prática do diálogo e da construção de consensos tem sido estratégica nesta área. E eu quero reconhecer a relevância da aprovação por unanimidade. Aprovação por unanimidade, que segundo me informou o presidente da Câmara, foi a única que houve nessa legislatura. A única aprovação por unanimidade.

Por isso que nós podemos dizer que a lei que nós assinamos hoje, que eu assinei, é fruto de um entendimento sobre o que é melhor para o Brasil. Houve união de esforços entre o Executivo e o Legislativo, envolveu-se também os governos estaduais - há que reconhecer - para aprimorar ainda mais o ambiente econômico e regulatório para as micro e pequenas empresas.

Eu acho que nós devemos agradecer aos nossos parlamentares por esse entendimento e atendimento à demanda do empreendedorismo brasileiro. A nova legislação que aprovei agora e que é fruto dessa imensa parceria aprimora o Simples Nacional.

O Simples, quando foi criado em 2006, representou uma minirreforma tributária. Reduziu os tributos naquela época em 40% e unificou o pagamento de oito tributos federais, estaduais e municipais em uma única guia. Ficou tão bom que a lei passou a ser conhecida como Supersimples. Vejam vocês que é, sem sombra de dúvidas, um caminho para qualquer reforma tributária no Brasil, a simplificação e a unificação de tributos. Óbvio que em uma reforma tributária a discussão é sobre repartição entre os entes federativos, mas é também uma discussão sobre simplificação.

Eu acredito que o marco fundamental em todo esse processo foi, em 2008, no governo do presidente Lula, a criação do Micro Empreendedor Individual. Acho que o Microempreendedor Individual permite que milhões de pequenos negócios também se formalizem. Permite que pessoas fiquem protegidas do ponto de vista da legislação previdenciária e permitem que elas possam exercer de forma clara, transparente, enfim, se formalizando o seu negócio e o seu sonho.

O Microempreendedor Individual de 2008 até hoje, é importante a gente ver que ele chegou a 4,178 milhões/mês registradas. É algo significativo. E eu acredito que, seguramente, com a lei que nós aprovamos hoje, nós vamos ter um aumento ainda maior. Aliás, em 2012, o MEI pôde faturar até R\$ 60 mil anuais, um aumento de 66% no limite de enquadramento anterior. Necessariamente isso terá de evoluir - necessariamente. Temos também hoje, e eu acho

importante frisar um programa chamado Crescer, que é de microcrédito produtivo orientado para expansão de pequenos negócios. Desde 2011 nós apoiamos 10,1 milhões operações de crédito, que envolveram R\$ 14,2 bilhões para financiar pequenos negócios ou ampliar os existentes, enfim, para... tanto para abertura, quanto para ampliação. Com essa lei eu acho que nós damos um salto histórico. Por que que eu acho que é um salto histórico? Porque com ela nós universalizamos o Supersimples, mais de 140 atividades do setor de serviços poderão aderir a esse regime. Isso significa milhares e milhares de empresas. Com isso nós teremos uma opção pelo Simples condicionado ao que sempre diz o ministro Afif e reitero: condicionada ao porte e não ao tipo de atividade. Porque condicionar ao tipo de atividade é irracional. Nós temos de condicionar a pequena empresa e o microempreendedor individual ao porte. Essa estimativa de 450 mil pequenos negócios que serão beneficiados, nós podemos até estar subestimando, eu espero que tenhamos subestimado. Acho que é algo intrínseco a... tudo que as pessoas almejam ter seu próprio negócio. A nova lei também vai permitir uma coisa muito importante e é muito importante, não só para a lei do Supersimples e para essa lei da universalização, mas é um instrumento poderoso no Brasil que é a construção do Cadastro Nacional Único, tanto para... aliás, sobretudo, neste caso, para empresas, mas o nosso objetivo é construí-lo também para todos os indivíduos, os cidadãos, as cidadãs deste país. Mas o Cadastro Nacional Único permite que as inscrições sejam feitas uma única vez com o CNPJ. E na verdade o que faz é tratar a empresa, não como várias partes, dado uma decisão arbitrária do poder do estado, mas tratar como uma pessoa jurídica ou um microempreendedor individual sem fracioná-lo em várias partes. Esta estruturação do cadastro baseado num único CNPJ, além de ser fundamental, dada a sua eficiência, é uma medida de respeito, de respeito pelo contribuinte, de respeito pelo cidadão, portanto.

O ministro Afif assumiu comigo um compromisso que ele está cumprindo. Mas eu conto com vocês para ajudá-lo, que é implantar a Rede Sim na maioria das unidades da federação o mais breve possível. Começa agora num plano inclinado e nós esperamos alcançar o ponto máximo no ano que vem. Isso vai permitir muito reduzir o prazo de abertura e fechamento das empresas, e reduzir isso - como ele mostrou na exposição - para no máximo cinco dias.

Uma questão que é fundamental e que eu vou só destacá-las são as duas distorções que vinham ocorrendo. Primeiro, os limites, a substituição tributária, que em muitos estados vinha eliminando os benefícios do supersimples. E o outro é que nós estamos proibindo a existência de tributos e tarifas sob a residência dos inscritos no MEI, porque muitas vezes, né, a sede da empresa é a casa do microempreendedor individual, eu acho que essa é uma questão extremamente relevante. E isso supera e muito o fato que esses empreendedores estão sendo taxados indevidamente.

E eu queria dizer por fim a questão da dupla visita. A primeira visita como sendo orientadora e a segunda, aí, sim, fiscalizadora. É absolutamente inegável para todos nós aqui que precisamos construir um Brasil cada vez menos burocratizado em que a relação entre o estado e os cidadãos, pessoas físicas e jurídicas, ocorra por meio de processos simples e pouco onerosos. É inegável que nossa estrutura tributária precisa de muitos aprimoramentos em todas as instâncias da federação, tanto no que se refere aos tributos municipais, como aos estaduais e aos federais. A lei que nós sancionamos hoje mostra, contudo, que o Brasil não está inerte no enfrentamento destes desafios, ao contrário, fizemos nos últimos anos uma verdadeira reforma tributária no segmento das micro e pequenas empresas. Por meio de sistemas, como a Redesim, estamos usando a tecnologia em favor do empreendedorismo sobre a diretriz de que a simplificação é a essência da racionalização. Há muito mais a fazer, mas hoje os 9 milhões de empreendedores individuais, micro e pequenas empresas devem celebrar suas conquistas. Com essa nova lei, a vida de todas elas, vai ficar, eu me permito dizer, super-super-simples.

Muito obrigada.

Ouçã a íntegra do [discurso](http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/dilma-rousseff/audios/audio-do-discurso-da-presidenta-da-republica-dilma-rousseff-durante-sancao-da-lei-que-altera-o-simples-nacional-brasilia-df-25min40s) (<http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/dilma-rousseff/audios/audio-do-discurso-da-presidenta-da-republica-dilma-rousseff-durante-sancao-da-lei-que-altera-o-simples-nacional-brasilia-df-25min40s>) (25min40s) da presidenta Dilma

13-08-2014 - Declaração da Presidenta da República, Dilma Rousseff, sobre a morte de Eduardo Campos

Palácio do Planalto, 13 de agosto de 2014

Boa tarde a todos vocês. Em nome do governo brasileiro e do povo brasileiro eu gostaria de dar os mais profundos pêsames à família do Eduardo Campos, à sua mãe, Ana Arraes; à dona Renata, como ele carinhosamente chamava a sua esposa; e aos seus filhos; e a toda a família, que era uma grande família. Eu quero dizer que hoje o Brasil está de luto e sentido com uma morte que tirou a vida de um jovem político promissor e esse fato entristeceu todos os brasileiros e brasileiras.

O Eduardo Campos, neto de um grande político, um grande democrata, um lutador que foi uma referência para minha geração, Miguel Arraes, que há 9 anos atrás faleceu, Eduardo Campos, neto dessa liderança, seguiu seus passos e por duas vezes foi governador de Pernambuco. Eu convivi com ele, como ministra do presidente Lula, mas também nas campanhas 2006 e 2010, e também no meu governo. Fui recebida em sua família e convivi com eles, de forma muito calorosa.

O Brasil perde uma jovem liderança, com um futuro extremamente promissor pela frente. Um homem que poderia galgar os mais altos postos do País. Sem sombra de dúvidas é uma perda. Para além das nossas divergências, nós mantivemos sempre uma forte relação de respeito mútuo. A última vez que eu o vi, no funeral do Ariano Suassuna, a quem eu tive o privilégio de conhecer e desfrutar do seu brilhantismo e do seu talento, porque fui apresentada a Ariano pela dona Renata, eu queria dizer que mantivemos ali, mais de uma vez, a reiterada relação afetuosa que construímos ao longo da vida. Espero que o exemplo do Eduardo Campos sirva para mantê-lo vivo na memória e nos corações dos brasileiros e das brasileiras.

Sem dúvida é um momento de pesar, sem dúvida é um momento de tristeza. Um momento que nós devemos, também, acatar com o reconhecimento que nós, seres humanos, somos afetados pela fragilidade da vida, mas também pela força e pelo exemplo das pessoas.

Queria estender minhas condolências a todos os assessores que acompanhavam Eduardo Campos na viagem e queria estender às suas famílias; à família do Alexandre, do Carlos Augusto, do Marcelo e do Pedro, as condolências e o meu pesar. Quero também estender às famílias das vítimas que, por acaso, tenham sofrido as consequências daquele desastre. Quero também me dirigir às famílias dos pilotos Geraldo da Cunha e Marcos Martins.

O governo federal está decretando um luto de três dias e, ao mesmo tempo, eu suspendi hoje a minha agenda e irei fazer o mesmo durante três dias, a partir de hoje, com a agenda de campanha. Acredito que o Brasil vai agora prantear este grande brasileiro que morreu no dia de hoje. Muito obrigado a todos.

Deve estar chegando por agora, eu acredito, no Recife, porque ela se transportou para lá ao saber - ela não sabia - do acontecido e quando eu tentei ligar para ela o avião já tinha partido. Eu tentarei também falar com a Renata, com quem eu tive uma relação pessoal e agradeço sempre a forma muito calorosa com que ela me recebeu todas as vezes que eu estive no Recife, na casa dela.

Sem sombra de dúvidas, assim que souber a data eu comparecerei ao velório. Eu liguei para o governador de Pernambuco colocando todas as condições materiais do governo federal à disposição da família Campos.

Obrigada, gente.

Ouça a íntegra (06min15s) da declaração
(<http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/dilma-rousseff/audios/audio-da-declaracao-da-presidenta-da-republica-dilma-rousseff-sobre-a-morte-de-eduardo-campos-06min15s>), da Presidenta Dilma